

O conflito linguístico só tem uma saída

Celso Alvarez Cáccamo

5 de Maio de 2009

O conflito linguístico é inerente às sociedades de classes, porque não é um conflito linguístico: é um conflito de classe, em vários sentidos amplos, de grupos em controlo de diversas peças dessa perversa maquinaria que é um modo de produção essencialmente injusto, ainda com todas as correções que se tenham introduzido. Não quisera simplificar o problema negando que a questão identitária tenha um lugar importante no conflito linguístico na Galiza. Mas a questão identitária também consiste num conflito entre grupos. Quando a supervivência material incha a vida quotidiana, qualquer elemento cultural ou social suscetível de ser apropriado, capitalizado e distribuído diferencialmente cobra o seu papel classificador. Certo, a língua não é apenas “qualquer” elemento, mas a lógica da igualdade intrínseca dos humanos deveria levar-nos a questionar por que, em ocasiões, em sociedades específicas, a língua se torna em praticamente o mais importante dos elementos diferenciadores. O combate simbólico pela língua na Galiza é velho, tão velho como a incapacidade geral de a gente assumir, precisamente, a evidência dessa realidade coletiva, além dos nossos desejos, e ainda contra as mais puras das nossas ideologias que nos dizem que o coletivo nunca deveria se impor contra a liberdade.

Cada vez, quanto mais claras estão as cousas para mim (quanto mais se vão acumulando nessa história íntima que é a memória os dados da macro-história da Galiza), menos compreendo essa incapacidade social e, sobretudo, essa necessidade até de lutar contra o coletivo histórico que, no caso da língua, teve uma plasmação institucional e jurídica na discutível mas igualmente vinculante expressão “língua própria”. Refiro-me, nomeadamente, à reticência (que agora toma de novo a forma de retrógrada ofensiva) dum setor dos galegos para aceitarem a normalidade histórica da nossa língua e, portanto, os ditados institucionais e sociais que deveriam acompanhá-la: o seu ensino, o seu aprendizado e o seu cultivo prioritários. Embora soe paradoxal, são eles que resistem contra a história, e, negando-a, não fazem mais do que negarem-se a si próprios. À partida, uma análise de classes deveria contribuir para compreender a sua teima por destruírem a língua própria, se não fosse porque, no seu intuito, eles não oferecem um outro modelo económico-social mais proveitoso do que o atual para continuarem o seu expólio de classe. Por outras palavras: sem um outro modelo económico-social no horizonte, sem um outro modo de produção, sem uma outra lógica das relações de classe mediadas pela língua, por que insistem em fazer desaparecer a língua própria em lugar de se apropriarem dela dentro da lógica atual, como parece que os últimos anos de regime autonómico apontavam? Seria simplista demais dizer que então uns eram uns e agora os outros são outros. Não o vejo assim: o abano institucional do poder ofereceu sempre na Galiza autonómica basicamente o mesmo modelo social, e, portanto, a mesma lógica do mercado da Língua (das Línguas). Observe-se Catalunha, observe-se Euskadi, e comprovar-se-á como é compatível reivindicar o “próprio” (a língua) e continuar a dominar.

Portanto, deve haver outras razões que expliquem esta tremenda perda que representa afastar-se do itinerário da recuperação linguística. São razões identitárias, mas também da experiência, que é um importante núcleo das primeiras. Basicamente, trata-se da crescente distância grupal e individual a respeito da experiência da língua galega e dos seus significados históricos. Há pontes entre a experiência diária atual e a experiência histórica do galego que forças culturais e sociais de origem alheia (a chamada “aculturação”) se encarregaram de romper durante estes anos de “Autonomia”, enquanto iam medrando o tempo e a desmemória. Quisera reduzir as ligações entre língua e experiência a duas: o significado do uso do galego como

extração de classe, e o seu significado de resistência cultural e política. Para as gerações mais jovens, castelhanizadas nas cidades, e sem a mais mínima cumplicidade com a história política do país, o remotíssimo idioma galego já não representa nem a sua própria origem rural, marinheira ou operária, nem o símbolo duma cultura de resistência que talvez os seus pais ou avôs experimentaram. Educados já na trivialidade das aulas de galego e num discurso mole sobre a língua como simples recurso, estes setores jovens não têm qualquer necessidade de intervirem sobre o idioma, de o recuperarem, de criarem e adotarem novos hábitos linguísticos (com o custo que isto tem) porque, paralelamente à construção recente do “galego oficial”, com o seu limpo e minimalista uniforme visível, socialmente foram-se destruindo todos os significados tradicionais do idioma, e este foi-se reterritorializando e reenquadrando como apenas o envoltório da prática política formal e cultural (literatura não nos falta) dum débil esqueleto chamado “Autonomia”, não como o veículo relacionante real duma grande rede social também real, embora por consolidar, chamada a Galiza.

Em lugar de culpar este setor de exterminadores involuntários do idioma (os voluntários sim que devem ser culpados, claro, com toda a dureza, e havê-los hai-nos), o movimento linguístico-cultural galego, encarnado hoje mais que nunca no chamado reintegracionismo ou lusismo, deveria procurar compreender a parte de responsabilidade no fracasso em termos de ideologia e de práticas propositadamente redentoras: no fracasso coletivo que está a levar uma maioria do país à convivência com uma política negadora da realidade linguística. É indubitável que muitas pessoas sentem hoje honestamente a inutilidade do galego, duma maneira talvez menos reflexiva e muito mais naturalizada do que a que tinham seus pais quando decidiram educá-los em espanhol para deixarem de ser o último elo da cadeia. Mas esta distorção não nega o conflito linguístico: antes, a distorção é também sintoma do conflito, do ubíquo conflito linguístico, dessa metonímia deformada que consiste em ver-se a si próprio e ser julgado não pelo lugar real que se ocupa na hierarquia social (isto é, sempre debaixo de outros, excepto para os que nunca duvidaram que o Español é o paradigma do império), mas pelo lugar que se supõe que o uso duma dada língua deveria conferir. Esta perniciosa miragem é a que sustenta a ideologia do domínio: se tu és o que falas, fala o que deverias falar para seres quem deverias ser. Mas é pura falácia espalhada e consumida com a trivialidade de qualquer bebida refrigerante década após década. Pois, por debaixo do exíguo cume do poder, no capitalismo ninguém (fale galego ou espanhol) vai gozar nunca, como escreveu Bourdieu, da satisfação genuinamente burguesa de poder ser, de ser e de exibir ser o que **deve** ser.

De maneira que, se compreendo eu próprio o que queria dizer, qualquer ideologia conspiranoica a respeito da desfeita linguística que se barrunta não é suficiente. O conflito linguístico existe e existirá sempre que existam as bases materiais deste conflito. E as bases são duma perversidade tão extrema que até nos convidam a esbanjar anos de esforços, de resistência (literalmente, não se engane ninguém), num projeto desfocado desde o começo. O meu idolatrado Bourdieu diria que algum capital cultural no nosso submercado nos deve dar este sacrifício (os nossos adversários, muito menos refinados, chamam a isto “elitismo”). Será assim, haverá benefício, mas aventuro que poucas pessoas reintegracionistas, igualmente competitivas que as do campo dominante, trocariam este capitalzinho pelo prazer de concorrerem com normalidade de mercado nas grandes arenas onde se dirime a classe: face a face contra o adversário de Língua comum, no mesmo campo (e, sobretudo, sempre contra o “Povo”). Por isso não nos querem dentro, não querem a nossa conversão, nem uns nem outros: uns, porque poderíamos acabar fazendo da Língua (sem acento) Língua (com acento) contra a Lengua; outros, porque poderíamos acabar fazendo sombra. Preferem que cultivemos a miragem do, na Galiza, sub-

mercado lusófono, lusógrafo, galego-português-brasileiro, essa globalizante curiosidade intercultural. Pois adiante então!, que falar, ler e escrever sabemos.

Em conclusão (quisera crer que “em conclusão”, com bastante vontade): Talvez até há pouco pensasse que, entre as duas opções possíveis de intervenção (a reformista, que consiste em capitalizar generalizadamente o galego-português, isto é, o galego como português, para que seja mantido e transmitido; e a transformadora, que consiste em sentar as bases materiais e sociais duma nova lógica da língua), só a primeira hipótese nos poderia dar coletivamente a satisfação, se não de “fazermos país”, sim de fazermos algo próprio por primeira vez na nossa história (de acordo, não um órgão de decisão soberano, isto é, auto-gerido, mas sim um grande puzzle simbólico montado a muitas mãos). Mas talvez haja uma opção intermédia: é-nos impossível ainda fazer Língua para todo o mundo, e é-nos impossível ensamblar uma nova lógica da língua dentro duma nova lógica do material, certo, nomeadamente porque a segunda é a determinante, e não temos mecanismos para reapropriar permanentemente os centros de trabalho. Mas estamos aqui, sejamos o número que formos. Se formos cada vez mais, como uma teima aberta (e este “formos cada vez mais” é um convite, só significa que quem antes não “era” pode “sê-lo” apenas por agir em língua como os que agora somos nós), gradualmente poderemos engendrar a ilusão e até o júbilo de vivermos num país linguístico auto-contido dentro do outro, numa chamada nação linguística galega dentro da nación social basicamente espanhola que é “Galicia”. Nunca saberemos quando um corpo em crescimento pode romper as membranas do ser que o constrange. Por isso, a única reivindicação ativamente sensata na altura é uma cousa exprimível como as três amplas palavras Galego Sempre Mais, algo que subscreveria às cegas qualquer resistente da nossa história cultural (até aqueles do tão doestado “galeguismo cultural”, cuja ideologia política, a propósito, não está nada longe da dos “nacionalistas” que os criticam). É que não há nada a “defender” sobre a língua: a Galiza leva décadas, se não dous séculos, a perder a “defesa” das suas batalhas, precisamente por jogar a perder, dentro do discurso doutrem e desenhado por outrem, extraviada na apózema duma cognição social cujas regras nem controla nem sabe alterar. Em lugar disso, deveria haver apenas (e é suficiente) a teimosia da prática coerente e constante de fazermos Língua, oral e escrita, com todas as consequências e com todos os estigmas, sem inúteis populismos. É certo que as alianças são inevitáveis, e, hoje por hoje, positivas. Mas desde há trinta anos, e apesar da minha procura, ainda não achei qualquer argumento convincente contra o princípio reitor de que, neste pedaço de Reino estrangeiro autoconsumido no eterno retorno da sua miragem de debate, a expressão de sentido comum Galego Sempre Mais, por história e por presente, só pode implicar e significar cabalmente língua portuguesa sempre mais. Porque é a que temos.